O meio ambiente à luz do Direito Constitucional e da Educação The environment the right light constitutional and education

Aline Oliveira Mendes de Medeiros¹

Sadiomar Antônio Dezordi²

Resumo

O referido artigo trabalha sobre a importância do meio ambiente para a vida humana, analisando-o como extensão ao direito à vida, sendo considerado como núcleo da dignidade da pessoa humana, esta que por sua vez, compreende pedra basilar para a edificação do Estado Democrático de Direito. Consciente desta importância única é que se propõe atuar com base na educação como meio de transmitir estes valores e construir um Estado sustentável. Conhecedor desta premissa, é que a Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina criou o programa Protetor Ambiental, que visa levar educação para os jovens extraíndo-o das margens da sociedade e acolhendo-os junto à polícia, transmitindo valores aos mesmos com enfoque na área ambiental. O método utilizado foi o qualitativo realizado através de pesquisa bibliográfica e análise de casos. A conclusão a que se chegou é que a educação compreende um meio que, a longo prazo, poderá trazer bons resultados, não sendo suficiente para a demanda que o meio ambiente exige no que tange a sua proteção, porém, consistindo em um meio, uma base sólida na busca deste objetivo.

Palavras-chave: Direito educacional. Dignidade da pessoa humana. Estado socioambiental.

Abstract

The article works on the importance of the environment to human life, analyzing it as an extension of the right to life and is considered as the core of human dignity, this in turn, comprises a foundation stone for the building of democratic state. Aware of this unique importance do you propose to act on the basis of education as a means to transmit these values and a sustainable state. Knower of this assumption is that the Environmental Police of Santa Catarina created the Environmental Shield program, which aims to take education for young people by extracting it from the margins of society and welcoming them with the police, transmitting values to them focusing on the environmental area. The method used was the qualitative accomplished through library research and case studies. The conclusion that has been reached is that education comprises means that the long term could bring good results and is not enough to demand that the environment demands regarding their protection, however, consisting of a medium, a solid foundation in pursuing this goal.

Keywords: Education law. Human dignity. Environmental state.

¹ Advogada; Graduada em Direito; Autora do Blog Direito em Estudo; Autora do livro A promoção dos Direitos Humanos Fundamentais através da Polícia Militar.

² Capitão no 2º Batalhão de Polícia Militar Ambiental de Chapecó. Bacharel em Segurança Pública pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) - 2007; Bacharel em Direito (UNOESC) - 2010. Possui Curso de Especialização em Policiamento Ambiental (PMSC) - 2008; Curso de Pós-Graduação "Lato Sensu" em nível de Especialização em Gestão e Direito Ambiental (com enfoque em Auditoria Ambiental) - Faculdade Padre João Bagozzi - 2010; Curso de Pós-Graduação "Lato Sensu" em nível de Especialização - MBA Auditoria e Perícia Ambiental - UCEFF - em curso. E-mail: 925791@pm.sc.gov.br.

Introdução

Os autores pesquisaram acerca da visão constitucional do meio ambiente, que pauta-se na construção de um Estado sustentável e, para este fim, aposta na educação como meio de descortinar e reeducar os seres humanos, efetuando um resgate de valores e impulsionando os jovens a agirem na proteção deste bem. Esta pesquisa se justifica na fundamentalidade deste bem para a vida humana, sendo considerado como extensão ao direito à vida e núcleo integrante da dignidade da pessoa humana.

Esta pesquisa realizou-se sobre o método qualitativo e buscou afirmação através de análises doutrinárias e por meio da realização de um estudo de caso junto à 5ª Companhia da Polícia Militar Ambiental de Chapecó/SC, efetuando um exame sobre o programa Protetor Ambiental, originado e desenvolvido em todo o Estado de Santa Catarina.

O que motivou a investigação foi a relação de interdependência existente entre a vida humana e o meio ambiente, em virtude de que as características do meio ambiente produzem influência direta sobre a vida humana, pois um é fator condicionante do bem-estar do outro. Porquanto, não há o que se falar em vida digna, se o indivíduo não tiver disponível a fruição de bens como a água potável, o ar puro, o solo fértil etc.; ademais, estes recursos condicionantes do estado de vida compreendem bens naturais, os quais encontram-se acima do poder aquisitivo, e são finitos, desencadeando na extinção de milhares de espécies de animais e plantas, resultando em mortes e guerras em busca da disponibilidade destes bens.

O objetivo consiste em abrir a visão doutrinária para a importância da matéria, avultando na abertura do Estado para a constituição de políticas públicas que visem proteger e restituir este bem, redirecionando o modo de vida dos cidadãos para um atuar pautado na sustentabilidade; e, para alcançar este fim, este manuscrito apostou na educação como prevenção, e como forma de ação.

1 A dignidade da pessoa humana como pedra basilar na construção do Estado constitucional ambiental

A ideia de dignidade originou-se em Kant (apud SARLET, 2009, p. 45), com base na racionalidade e na autonomia da vontade, atributos estes essencialmente humanos, e por isto, distintores destes seres. Estes elementos distintivos das pessoas foram o que as tornou merecedoras de serem incluídas no rol da *dignidade*, passando a serem consideradas como “um fim em si mesmo” e não simplesmente como um meio para o uso arbitrário da vontade do soberano.

Neste sentido, os animais, por serem seres irracionais, detinham um valor relativo, sendo considerados como meios e não fins, sendo diminuídos ao *status* de coisa, o que denota uma visão antropológica e centralizada unicamente no homem. Por decorrência, acerca da dignidade Kant (apud SARLET, 2009, p. 33) afirma que:

[...] no reino dos fins tudo tem um preço ou uma dignidade. Quando uma coisa tem um preço, pode pôr-se em vez dela qualquer outra como equivalente; mas quando uma coisa esta acima de todo preço, e, portanto não permite equivalente, então tem ela dignidade... Esta apreciação dá, pois a conhecer como dignidade o valor de tal disposição de espírito e põe-na infinitamente acima de todo preço. Nunca ela poderia ser posta em cálculo ou confronto com qualquer coisa que tivesse um preço, sem de qualquer modo ferir sua santidade.

É em Kant que a ideia de dignidade emergiu, mesmo que de forma antiquada, e é nos estudos deste autor que a mesma se fundamenta. Porém, ainda no século XVII, autores como Blaise Pascal (apud SARLET, 2009, p. 34), já admitiam este excesso de antropocentrismo, passando a afirmar que a dignidade não seria encontrada no espaço, “mas na ordenação do pensamento”, abrindo espaço para a visão atual de que o manto da dignidade abraçaria a vida em geral, e não somente o homem, “ainda mais numa época em que o reconhecimento da proteção do meio ambiente como valor fundamental indica que não mais está em causa apenas a vida humana, mas a preservação de todos os recursos naturais, incluindo todas as formas de vida existentes no planeta”.

Porquanto, esta proteção compreende em uma “exigência da vida humana e de uma vida humana com dignidade”. O ponto principal de qualquer discussão é que a dignidade da pessoa humana afasta qualquer possibilidade de coisificação ou de instrumentalização do ser humano. Como consequência destaca Hegel (apud SARLET, 2009, p. 37) que “cada um deve ser pessoa e respeitar os outros como pessoas (*sei eine Person und respektiere die anderen als Persoben*)”, no viés de que, como ser humano ninguém é mais ou menos que o outro, nem possui valor menor ou maior.

E não é diferente o entendimento da Constituição de 1988, posto que ao abrir o seu Caderno de Leis a mesma já esculpe no *caput* do art. 5º que todos são iguais perante a lei, de forma indistinta, possuindo as mesmas garantias e direitos que os seus semelhantes; ou seja, não apenas no regime jurídico pátrio, mas em nenhum outro se constata o condicionamento da dignidade aos seres detentores de racionalidade. Neste aporte:

Da concepção jusnaturalista – que vivenciava seu apogeu justamente no século XVIII – remanesce, indubitavelmente, a constatação de que uma ordem constitucional que – de forma direta ou indireta – consagra a ideia da dignidade da pessoa humana, parte do pressuposto de que o homem, em virtude tão-somente de sua condição humana e independentemente de qualquer outra circunstância, é titular

de direitos que devem ser reconhecidos e respeitados por seus semelhantes e pelo Estado. (SARLET, 2009, p. 39).

Mesmo à luz do entendimento dos mais renomados autores não é possível expressar com precisão qual seria o significado e alcance completo da dignidade da pessoa humana, devido as suas características de “ambiguidade e porosidade”; o indiscutível é que a mesma compreende algo inerente ao ser humano e que não pode dele ser retirada, sendo considerada como um valor que o identifica e o qualifica. Neste enfoque, mesmo não sendo possível precisar um rol de violações em seu âmago, a dignidade é algo real que precisa ser efetivada.

Consciente de seu valor é que o constituinte originário a posicionou no ápice do ordenamento jurídico, expressando-a no art. 1º, inc. III da Carta Magna, dando base a todo o restante do ordenamento que longe de sua proteção, encontra-se ilegal, e arbitrário, compreendendo pedra basilar para a construção do Estado Democrático de Direito, sem a qual não há o que se falar em Democracia, ou em ordem jurídica; porquanto, um Estado sem dignidade consistiria em um órgão arbitrário e opressor, incapaz de prover uma vida saudável à seus cidadãos.

Por defluência, salienta Marmelstein (2013, p. 15) que a dignidade é infringida sempre que alguém venha a ser descaracterizado como pessoa, sendo reduzido à condição de coisa, ideia esta, aberta e insuficiente, devido ao fato de que o núcleo desta garantia vai além:

[...] onde não houver respeito pela vida e pela integridade física e moral do ser humano, onde as condições mínimas para uma existência digna não forem asseguradas, onde não houver uma limitação do poder, enfim, onde a liberdade e a autonomia, a igualdade em direitos e dignidade e os direitos fundamentais não forem reconhecidos e assegurados, não haverá espaço para a dignidade da pessoa humana. (SARLET, apud MARMELSTEIN, 2013, p. 16).

Na busca da afirmativa histórica desta garantia, chega-se aos primórdios (Grécia antiga), instante em que uma pessoa era considerada digna conforme sua proeminência social na *polis*, conforme destaca Hill Jr. (apud GOLDSCHMIDT, 2009).

Somente atenienses do sexo masculino, filhos de atenienses e no perfeito gozo de suas liberdades, possuíam cidadania. Só esses poucos privilegiados eram assegurados os direitos à igualdade (isonomia) e ao pleno exercício da palavra (isêgoria). Mulheres, escravos e estrangeiros não participavam da vida pública por serem considerados inferiores em virtude de sua própria natureza. (RABENHORST, apud GOLDSCHMIDT, 2009, p. 21).

No entanto, a dignidade foi utilizada por séculos como um fator de exclusão social, e, grosso modo, perdura até a atualidade, se for analisado o pensamento antropocêntrico que predomina no âmbito social, fazendo com que os demais seres humanos, sejam excluídos de seu núcleo protetivo. Ocorre que esta exclusão é totalmente contrária aos preceitos da Carta

Magna, visto que o meio ambiente compreende uma extensão ao direito à vida, porquanto, sem a fruição dos recursos naturais a sobrevivência da espécie humana estaria em risco.

Foram apenas os estoicos que introduziram o pensamento de igualdade na sociedade, visando afastar as discriminações entre eles; porém, conforme sabido, esta igualdade nunca saiu do papel, pois na prática existem discriminações das mais diversas espécies. Deste modo, verifica-se que o homem, mesmo se colocando em posição superior aos demais seres, é incapaz de proteger e respeitar a si mesmo e ao seu semelhante, precisando estar constantemente vigiado e rodeado por leis para poder conviver com sua própria espécie.

A dignidade da pessoa humana, como, aliás, já tem sido largamente difundido, assume a condição de matriz axiológica do ordenamento jurídico, visto que é a partir desse valor e princípio que os demais princípios (assim como as regras) se projetam e recebem impulsos que dialogam com os seus respectivos conteúdos normativo-axiológicos, o que não implica aceitação da tese de que a dignidade é o único valor a cumprir tal função nem a adesão ao pensamento de que todos os direitos fundamentais (especialmente se assim considerados os que foram como tais consagrados pela Constituição) encontram seu fundamento direto e exclusivo na dignidade da pessoa humana. (SARLET; FENSTERSEIFER, 2014, p. 45).

Conforme os autores Sarlet; Fensterseifer (2014, p. 45), “o Estado existe em função da pessoa humana, e não o contrário, já que o ser humano constitui a finalidade precípua, e não meio da atividade estatal”, este princípio engloba uma *dimensão social*, implicando um olhar social e humanitário, atuando sob diversas perspectivas, incluindo uma *dimensão ecológica*, *in verbis*:

[...] que por sua vez, também, não poderá ser restringida a uma dimensão puramente biológica ou física, pois contempla a qualidade de vida como um todo, inclusive do ambiente em que a vida humana (mas também a não humana) se desenvolve. É importante, aliás, conferir um destaque especial para as interações entre a dimensão natural ou biológica da dignidade humana e a sua dimensão ecológica, sendo que esta última objetiva ampliar o conteúdo da dignidade da pessoa humana no sentido de assegurar um padrão de qualidade, equilíbrio e segurança ambiental (e não apenas no sentido da garantia da existência ou sobrevivência biológica), mesmo que, nas questões biológicas, muitas vezes esteja em causa a própria existência (e, portanto, sobrevivência) natural da espécie humana, para além mesmo da garantia de um nível de vida com qualidade ambiental. (SARLET; FENSTERSEIFER, 2014, p. 46).

A Carta Política de 88 assentou os valores ecológicos em todo o Estado, inclusive no que tange a dimensão da dignidade, abrangendo a ideia de um Estado de bem-estar ambiental, englobando um mínimo existencial ecológico, como meio para uma vida digna e segura, através da disponibilidade de água potável, ar puro, alimentos com qualidade, disponibilização de paisagens etc., concretizando a vida humana em um percentual digno. Assim não há como afastar o meio ambiente da proteção da dignidade humana, devido ao fato de que este bem se encontra “presente nas questões mais vitais e elementares da condição

humana, além de ser essencial à sobrevivência do ser humano como espécie animal natural”, de acordo com Sarlet; Fensterseifer (2014, p.46).

O ponto importante é que no decorrer do tempo, a mente do homem se abriu e com ela o núcleo da dignidade se abrandou, fato este que não impede que os animais e as plantas venham a ser incluídos neste rol protetivo, como meio de coroar a plenitude da vida. Nada obstante, houve um passado, não muito distante, em que até as mulheres e as crianças eram destituídas de dignidade, pois, não tinham direito de opinar socialmente através de seu voto ou de outras formas de expressão, não podiam trabalhar empregadas e eram proibidas de frequentar diversos locais, devendo a mulher viver exclusivamente para a família, e os filhos, que por sua vez, viviam unicamente para estudar e auxiliar os pais.

Salienta Alexy (2009, p. 10) que embora o Direito e as leis coincidam, “o direito não é igual à totalidade das leis escritas”, pois o Estado pode exceder-se ou deixar de positivar leis que seriam necessárias aos indivíduos. Para isto é que existem as garantias fundamentais que englobam em seu núcleo as prerrogativas essenciais da Epístola Maior, envolvendo-as com seu manto protetor e irradiando suas diretrizes para o restante do ordenamento jurídico, vinculando-o em sua orientação.

Por isto, o fato de não haver no ordenamento jurídico pátrio uma lei que empregue o meio ambiente no núcleo da dignidade, não o desqualifica de ser merecedor de sua proteção e garantia, visto que as leis compreendem mais que escrituras, mas valores fundamentais e indispensáveis à vida do homem.

No que tange ao meio ambiente, verifica-se que o constituinte não poupou expressões ao mesmo, presenteando-o, inclusive, com um capítulo próprio, definindo-o em diversas de suas passagens, além de embasar documentos jurídicos de todos os níveis (supra ou infraconstitucional), como meio de destacar sua essencialidade e imprescindibilidade para a vida humana, sendo, por isto, irrefutável seu caráter de direito fundamental.

2 A educação sob o olhar jurídico

No âmago da dignidade humana, irrefutavelmente, encontra-se a educação, cuja qual possui uma relação intrínseca com o Direito, em vista de compreender condição de ascensão do indivíduo, tanto pessoal quanto social; e o sistema jurídico como meio de realização humana e social, não se desvincula dessa realidade, englobando em seu sistema normas e princípios de garantia ao acesso educacional. Para Boaventura (apud GOLDSCHMIDT, 2009,

p. 47), a educação abarca três características, sendo elas, “faculdade atribuída ao educando, norma que rege comportamento de ensino e ramo da ciência jurídica”.

Conforme esculpe a Carta Magna, no art. 225, o meio ambiente compreende um direito fundamental, garantido a todos indistintamente, embasando um direito social e um dever prestacional, tanto por parte do Estado quanto do povo, devendo por isto, ser respeitado e promovido, também, pela comunidade.

No entanto, no que se refere à educação sob o prisma de norma, verifica-se que a mesma compreende uma sistemática de regramentos sobre o ensino e aprendizagem, e quanto a sua estrutura e desenvolvimento constata-se que a legislação do ensino não se confunde com o direito à educação, pois de acordo com Motta (apud GOLDSCHMIDT, 2003, p. 48):

No primeiro sentido, temos uma pletora de normas que vão desde leis federais, estaduais e municipais até pareceres do Conselho Nacional de Educação, decretos do Poder Executivo, portarias ministeriais, estatutos e regimentos das escolas, que constituem a conhecida tradicional disciplina Legislação do Ensino, a qual é parte integrante, mas restrita, do Direito Educacional, pois não inclui nem a unidade doutrinária, nem a sistematização de princípios, nem tampouco a metodologia que estrutura um corpo jurídico pleno.

Ao observar a educação no entendimento de ciência jurídica, Goldschmidt (2003, p. 43) a identifica com o ramo jurídico por “possuir um conjunto de princípios, normas e institutos próprios, sobre os quais, através de métodos típicos, produz-se uma considerável doutrina e jurisprudência”. Como contempla um direito social, a educação é exigível pelo cidadão, sendo protegida por garantias constitucionais como meio de efetivar a prestação educacional do Estado.

Dentre as leis que disciplinam o acesso educacional encontra-se a Lei nº 9.394/96, (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBN), que disciplina a organização, princípios, finalidades, níveis e modalidades da educação nacional. Neste sentido, destaca Souza (apud GOLDSCHMIDT, 2003, p. 49) que:

Os princípios que regem a educação nacional, enunciados no texto constitucional, devem ser ajustados, na sua aplicação a situações reais, que envolvem: o funcionamento das redes escolares, a formação dos especialistas docentes, as condições de matrículas, aproveitamento de aprendizagem e promoção de alunos, os recursos financeiros, materiais, técnicos e humanos para o desenvolvimento do ensino, a participação do poder público e da iniciativa particular nos esforços educacional, a superior administração dos sistemas de ensino, as peculiaridades que caracterizam a ação didática nas diversas regiões do país etc. São esses ajustamentos, essas diretrizes nascidas das bases inscritas na Carta Magna, que se constituem na matéria-prima de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Destarte, no que se refere à disciplina do meio ambiente, sob o aspecto formal, as disciplinas curriculares passam por uma readaptação e uma adequação as peculiaridades da

matéria, de forma que o professor ministre a temática de maneira interdisciplinar, sem que para isto, precise inserir uma nova disciplina, mas simplesmente, vincule os conteúdos ambientais nos currículos escolares, como direciona o art. 10 da Lei nº 9.394/96.

Os conteúdos são organizados em três blocos: a) *ciclos da natureza*: objetiva ampliar e aprofundar o conhecimento da dinâmica das interações ocorridas na natureza, para que consigam avaliar as alterações na realidade local e a gravidade dessa alteração irreversível de ecossistemas; b) *sociedade e meio ambiente*: as relações entre o ser humano e o meio ambiente, e a busca de alternativas de relação entre sociedade e natureza; c) *meio ambiente e conservação ambiental*: analisa as interferências positivas e negativas dos seres humanos no meio ambiente, buscando discutir as formas adequadas de intervenção humana para equacionar melhor os seus impactos. (CAPENA, 2011, p. 742).

Como reafirmação desta lei, o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) disponibiliza o Capítulo IV (arts. 53/59) para disciplinar a matéria, garantindo às crianças e aos adolescentes o direito de desenvolver-se plenamente, através da educação, preparando-os para a cidadania e para o exercício profissional, em igualdade de condições. Nada obstante, a LDBN, compreende fonte para as demais prerrogativas educacionais, abraçando e concretizando princípios constitucionais que fundamentam a matéria. No que se refere a este arcabouço de regras, este direito possui autonomia jurídica, visto ramificar-se através de institutos jurídicos próprios.

Cabe destaque o fato de que a educação compreende um direito social, expressamente previsto nas linhas do Caderno Constitucional, através do art. 6º, porém, sua promoção não diz respeito unicamente ao Estado, mas ao povo como um todo, constituindo um dever precípuo a sua promoção. Não são poucas as expressões da Constituição que englobam o direito educacional, devido a sua imprescindibilidade, podendo ser citado o art. 209 que legaliza a livre iniciativa, abrindo possibilidades a outras instituições, além das públicas, para levar educação aos cidadãos, desde que atendidos aos deveres legais atinentes à matéria.

Nada obstante, destaca Platão (apud SANTOS, 1949, p. 17) que “a principal função do Estado é a educadora,” bem como, Vitor Hugo (apud SANTOS, 1949, p. 17) coroa ao destacar que “abrir escolas é fechar cadeias”. No mesmo enfoque Dewey (apud SANTOS, 1949, p. 17) assevera que “a educação é o progresso contínuo de reconstrução da experiência, destinado a dotar a vida do indivíduo dum conteúdo sempre mais vivo e mais largo e, ao mesmo tempo, a dar a este indivíduo um poder de controle sempre maior sobre o próprio processo educativo”.

Neste sentido, Bagley (apud SANTOS, p. 17) define a educação como sendo “um processo pelo qual o indivíduo adquire experiência que lhe tornará mais eficiente a ação futura.” Thornidike (apud SANTOS, 1949, p. 17) também enfatiza que:

[...] é ao mesmo tempo ciência e arte, compreende a interpretação, o controle e a realização de mudanças promotoras de bem estar geral. Como ciência, ela se acha interessada na descoberta de ajustamentos satisfatórios do indivíduo ao meio; como arte, ela formula os processos de mudanças necessárias a semelhantes ajustamentos, na própria natureza humana.

Neste andar, constata-se que é a educação que prepara o ser humano, física, intelectual, psíquica e moralmente para viver em sociedade. Portanto, emerge a necessidade de aprimorar a educação dando-lhe possibilidade de atuar no cidadão de maneira eficiente desde a infância, preparando este ser para as necessidades do mundo, educando-o e condicionando-o aos ditames da lei e dos imperativos da sociedade, formando um cidadão consciente de seus direitos e deveres, um cidadão lutador e guerreiro, com vigor de buscar a efetividade do ordenamento jurídico.

De forma que ao estar em sociedade, o mesmo tenha condições de buscar a materialização de seus direitos e garantias em igualdade de condições aos demais, estando preparado para os anseios sociais e para as expectativas da comunidade regional, pois quanto mais aprimorada for a educação que receba, mas forte será a possibilidade de formar cidadãos conscientes sobre seus deveres cívicos, como por exemplo, o dever em respeitar e promover o meio ambiente, como define Santos (1949).

3 A educação ambiental à luz Lei Federal 9795/99

Ocorre que a educação ambiental compreende um assunto de tão grande valor, que já inicia sua recepção através do Caderno Constitucional, que estende seus raios sobre o solo pátrio, germinando suas sementes da legalidade educacional ambiental até em outras leis esparsas como o caso da Lei nº 9.795/99 (Lei da Política Nacional de Educação Ambiental), além de inúmeros outros dispositivos, inclusive em matéria internacional, desdobrando seus ramos protetivos por todo o planeta.

Na letra do art. 225 da CF/88, principal artigo relacionado à temática, verifica-se marcado em ouro no cerne da árvore constitucional, o §1º, inc. IV, que denota ser dever do Poder Público de promover a educação ambiental, “em todos os níveis de ensino para que assim se crie uma conscientização pública para a preservação do meio ambiente”, como

discorre Capena (2011, p 742). Em pronunciamento deste autor, verifica-se que a educação ambiental vai além de um direito, posto que, conforme determinação do constituinte:

[...] levar a sociedade a valorizar a preservação do meio ambiente é política de que os governos não podem abrir mão, para, através da educação, de um lado, e da conscientização, de outro, conseguir criar ‘ambiente cultural’ de perenização do ‘ambiente natural’, em face da própria fiscalização que a sociedade exercerá. (CAPENA, 2011, p. 742).

A partir do instante em que a crise ambiental se instalou de forma avassaladora no solo pátrio, a visão antropocêntrica do homem, paulatinamente, passou a ser superada, indo ao encontro de um viés acolhedor e promotor do meio ambiente; um olhar consciente da unicidade e da fundamentalidade dos recursos naturais para a subsistência da humanidade.

Construindo uma sociedade consciente de que a degradação ambiental instrumentou riscos, não apenas ao bem-estar do ser humano, mas à sobrevivência de todas as espécies de vida; entendimento, este, que desencadeou em um processo denominado *consciência ambientalista*, ou seja, a descortinação sobre a essencialidade do meio ambiente e de sua fundamentalidade como extensão à vida e a necessidade de protegê-lo. Desta feita, dentro da Constituição de 1988, é possível verificar:

[...] uma efetiva garantia para a preservação e recuperação da natureza, por meio dos dispositivos constitucionais ali sistematizados. Entretanto, isso não basta. Porque tal efetividade é resultante do direcionamento de diversos fatores, tais como as políticas públicas, o sistema econômico, a tecnologia de produção, os sistemas jurídicos e institucionais e, por fim a herança cultural. Todos esses fatores, aliados à construção de uma nova mentalidade que será alcançada por meio da implementação da educação como um todo e, completamente, com a educação ambiental, devem estar focalizados em uma única e primordial finalidade: dotar o indivíduo de sólidos conhecimentos e argumentos teóricos que possibilitem uma maior compreensão das questões ambientais, e também dos desafios políticos, sociais, econômicos, culturais e ecológicos em que estamos envolvidos. O alcance de tal desiderato encontra alicerce e fundamentação num movimento nacional e internacional por uma sociedade local e global mais justa e ecologicamente sustentável. (CAPENA, 2011, p. 742-743).

Ademais, a educação ambiental vem anunciada no art. 1º da Lei 9.795/99, como constituidora dos “processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente”.

Deste artigo é possível sugar um posicionamento de reconciliação entre o homem e a natureza, trazendo consciência sobre o valor e a necessidade do meio ambiente para a vida humana de forma geral, focando em uma abordagem socioambiental, voltada à preservação e a regeneração da natureza.

Neste seguimento, o art. 2º destaca que “a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal,” de forma que toda a sociedade responsabilize-se por sua promoção.

Já no artigo 3º esculpe-se o direito de todos terem acesso à educação, de forma indistinta, sendo a mesma encarregada pelo “I – Poder Público, nos termos dos arts. 205 e 225, da CF/1988, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente”.

Nos artigos seguintes, o dispositivo menciona a responsabilidade das instituições educativas do Sistema Nacional do Meio Ambiente, “dos meios de comunicação de massa, das empresas, entidades de classe, entidades públicas e privadas e da sociedade como um todo na formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva”, com objetivo de prevenir, diagnosticar e solucionar a problemática ambiental.

Entende-se, então, a educação ambiental como um direito fundamental do cidadão em função de seu mérito ao bem estar do ser humano. No decorrer dos seus 21 artigos a Lei 9.795/99 buscou dirimir as dúvidas pedagógicas acerca da educação ambiental inter-relacionando a educação geral com a escolar.

Assim, sendo, encontra-se no capítulo II, Seção II, os critérios e normas para esta modalidade no ensino formal. Em continuidade traz a Seção III, a expressão da educação informal, compreendendo as “ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e a sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente”, conforme define Milaré (2011, p.632).

A educação ambiental consiste em um instrumento destinado a formar e aguçar a consciência ecológica com vistas ao exercício da cidadania. Em decorrência, verifica-se no art. 4º, inc. II da Lei 9.795/99 que a educação ambiental compreende o meio ambiente como um bem relacionado de forma interdependente entre “o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade”. Como patrimônio de uso coletivo, o meio ambiente precisa ser assegurado e protegido, recuperando o que foi degradado e garantindo o que existe, por meio de ações conjugadas.

Atualmente, o movimento ambientalista tomou espaço no solo brasileiro e internacional, abrindo caminho para uma ideologia ecocêntrica, possibilitando à sociedade uma reflexão acerca do destino da Terra, e cobrando um posicionando ético ambiental por

parte dos cidadãos. Este movimento ambientalista efetua uma reflexão acerca do valor que uma vida digna possui e as possibilidades de estar melhorando-a e garantindo o bem estar de todo o Planeta. Desta forma:

Sendo a vida considerada o valor mais expressivo do ecossistema planetário (já que não se conhecem outras possíveis e eventuais formas de vida em outros astros, nos moldes em que a concebemos), concentrou-se grande ênfase no seu valor. Por isso, nas duas últimas décadas, a Bioética estruturou-se para responder a questões práticas, ligadas a valores, principalmente em face das questões suscitadas pela Biotecnologia. (MILARÉ, 2011, p. 116-117).

Desperto para o valor de uma vida com dignidade, é que os indivíduos cederam espaço para a proteção e a restauração do meio ambiente, baseando-se no Biocentrismo e na sustentabilidade, ampliando a perspectiva humana sobre os reflexos negativos de seus atos para com os recursos naturais, exigindo ações ponderáveis do homem no que tange ao meio ambiente, excluindo de seu cotidiano as práticas predatórias “que erode o Planeta e subtrai a sustentação dos sistemas vivos e das redes que conectam os componentes do ecossistema planetário”, como complementa Milaré (2011, p. 116).

Ao subtrair e ceifar a vida da natureza, a sociedade destrói sua própria segurança de vida, pois, a natureza devolve ao planeta todas as formas de reações negativas como furacões, enchentes, secas, desestabilizando a vida do homem e a pondo em risco. Tudo que o homem entrega ao meio ambiente, o mesmo lhe devolve, em uma relação de causa e efeito, posto que suas existências encontram-se conectadas; portanto, não é racional a omissão ou o agir desregrado por parte dos cidadãos, sabendo que terão como retorno apenas aspectos negativos.

Atenta a isto, é que a instituição da Polícia Militar Ambiental atua unicamente no aspecto ambiental, de maneira a materializar a lei e o respeito por este bem e a promover o resgate da consciência sobre o valor destes recursos, trabalhando com os cidadãos através da educação informal (fora do ambiente escolar), colocando a semente do respeito pelo meio ambiente no solo nacional, e regando, paulatinamente, para que possa germinar no solo pátrio e florescer, dando frutos, a longo prazo, através da construção de uma sociedade sustentável e adubada pelos valores morais e éticos referente a esta área e aos demais campos sociais necessários, acerca do que será tratado no próximo item.

4 A Polícia Militar Ambiental em efetivação da lei 9.795/99

Sob o aspecto informal do ensino, pode-se dizer que a Educação Ambiental alude sobre os processos e ações de instrução exteriores ao ambiente escolar, denominada *educação*

permanente, que, segundo Milaré (2011, p. 632) contribui “para aperfeiçoar a consciência dos problemas ambientais e para buscar soluções práticas para eles a partir de reflexões e debates dentro da própria comunidade em que o cidadão está inserido”.

A necessidade por educação que satisfaça os objetivos e necessidades culturais arrasta a área educacional para uma constante atualização e renovação, de maneira a expandir seu campo de ação. O dever de educar não diz respeito apenas à família e à escola, vai além, abrindo campo de ação, também, para que a sociedade possa atuar representada por múltiplos seguimentos/órgãos, como no caso em comento, da instituição da Polícia Militar Ambiental (PMA).

A principal tarefa desta corporação consiste em aproximar o cidadão do meio ambiente através de uma visão holística, analisando o meio ambiente de forma correlata à sadia qualidade de vida, revolucionando a atual concepção para um olhar protetivo e promotor, a partir da inserção da pessoa no âmbito de reconhecimento da fundamentalidade da natureza para a vida humana, devido ao fato de que a mesma “se faz *para* a comunidade e *com* a comunidade”, como define Milaré. (2011, p. 635).

A ação da PMA não objetiva impor padrões de ações, ao contrário, visto que pretende desmistificar a ideia da Polícia Militar coadunada ao autoritarismo e ao ditatorial, posto que o núcleo atuante dela vai muito além de compor o “braço forte do Estado”, de embasar o escudo protetor do corpo social, visto que esta instituição é composta basicamente por seres humanos, que mesmo nas vestes de uma farda não perdem sua condição de seres humanos, detentores de sentimentos e humanidade.

São cidadãos que, diuturnamente, deixam a segurança de seus lares para vestirem uma farda, armarem-se e adentrarem em uma viatura para prestar segurança em uma área desconhecida e muitas vezes perigosa, arriscando sua própria vida pela vida de seu semelhante. Um ser humano vestido em uma farda, buscando garantir a segurança de homens sem face ou identidade, visto que, ao prestarem seus serviços, estes seres humanos o fazem sem saber de quem se trata, pois dão segurança aos bairros por ser seu serviço e não por reconhecimento ou amizade. Trabalham pelo cidadão pelo fato deste ser uma pessoa detentora de direitos, sem estar construindo juízos de valor.

Estes seres humanos adentram em matas fechadas em vista de materializar a lei, muitas vezes perdem suas vidas no terreno de trabalho, percebendo uma remuneração inferior à qualidade, essencialidade e ao perigo do serviço que prestam. São guerreiros que por experiência no campo de ação (regiões de todas as espécies, favelas, periferias, grandes

centros) conhecem as necessidades dos cidadãos existentes nas regiões em que trabalham e por isso, sabem os valores que precisam ser edificados para melhorar a vida de seus semelhantes. Assim, como meio de plantar estes valores escolheram o viés educacional, instante em que efetuam uma aproximação entre a instituição militar e a sociedade, unindo ações em busca de um mesmo fim: a paz e a qualidade de vida.

A ação da Polícia Militar, aqui inclusa a da PMA, é racionalizada, e estratégica. É baseada em estudos prévios, buscando a melhor forma de efetivar as normas que a Constituição Cidadã promulgou, objetivando concretizar seu trabalho com humanidade e proximidade dos cidadãos, abandonando por completo, este preconceito de polícia autoritária, visto compreender um viés incabível em um Estado Democrático de Direito, fundamentado pela dignidade da pessoa humana. Ademais, em matéria ambiental este estudo:

Propõe uma *compreensão integrada do meio ambiente* e das múltiplas e complexas relações. A teia da realidade viva não se reduz aos elementos naturais do meio físico, mas estende-se a todas as formas de organização do espaço sobre o planeta Terra que se relacionem com a presença e com a ação do ser humano. (MILARÉ, 2011, p. 636).

Neste ínterim, destaca-se que o poder de polícia atua em diversos setores da atividade humana, como, por exemplo, a “polícia de caça, polícia florestal, polícia de tráfego e de trânsito, polícia de divertimentos públicos, polícia sanitária etc.”, como denota Dawali (2011, p. 132). Ocorre que “o Poder Estatal é uno e indivisível. Por outro lado, o Poder de Polícia nem mesmo é um Poder, mas sim uma expressão do Poder, uma atribuição. A expressão *Poder de Polícia Ambiental*, por tanto, deve ser entendida como abreviação da expressão *Poder de Polícia em Meio Ambiente* ou *Poder de Polícia em Matéria Ambiental*”, conforme expressa Dawali (2011, p. 132). Assim:

Nessas expressões, podem ser abrigados os diversos setores de incidência do Poder de Polícia relacionados à preservação do meio ambiente e da sadia qualidade de vida: polícia das águas (voltada para coibir o despejo de efluentes sem tratamentos de corpos d’água), polícia da atmosfera (para evitar o lançamento de poluentes na atmosfera), polícia de caça (para proteção da fauna terrestre), polícia de pesca, polícia florestal (para a proteção da vegetação), polícia de ruídos (cuja atividade volta-se à repressão da emissão abusiva de sons), polícia de construções (no que tange à repressão a parcelamentos de solos clandestinos – fontes de poluição – e a construções em áreas de proteção ambiental ou de preservação permanente não edificáveis) etc. (DAWALI, 2011, p. 132).

O fundamento da existência do poder de polícia ambiental consiste na supremacia do interesse público, conforme destaca o art. 225 da Constituição Federal/88, pois no viés de um direito difuso, o meio ambiente possui relação direta com o ser humano tanto sob o prisma social, quanto individual:

Art. 225 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

§ 2º - Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º - A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 5º - São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ 6º - As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

Nada obstante, a Polícia Militar Ambiental teve origem no Estado de Santa Catarina, em 1990, por meio da Lei 8.039 em 23 de julho, sendo denominada na época como *Companhia de Polícia Florestal*, tendo como sede o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, no município de Palhoça/SC, passando, mais tarde, por uma mudança na nomenclatura, com base no Decreto nº 1.783/92, denominando-se *Polícia Florestal* como forma de abranger em maior amplitude a sua tarefa constitucional de proteger o meio ambiente através da:

[...] proteção da flora, fauna, solo, ar e recursos hídricos, aspectos culturais e intelectuais especialmente ligados a preservação da natureza e combates às poluições. Em 1993 passou a denominar-se Companhia de Polícia de Proteção Ambiental “Dr. Fritz Müller”, Pai da Ecologia Catarinense, justa homenagem ao “Príncipe dos Observadores”. (PROGRAMA PROTETOR AMBIENTAL, 2014).

Neste seguimento, no Município de Chapecó/SC a Polícia Militar Ambiental atuou apenas na data de 16 de setembro de 1996 “com sede nas dependências do antigo 2º Batalhão

de Polícia Militar, hoje, com sede própria, encontra-se nominada como *5ª Companhia de Polícia Militar Ambiental*, (com previsão para tornar-se Batalhão de Polícia Militar Ambiental).

As ferramentas da PMA, no que tange a promoção e recuperação do meio ambiente, compreendem intervir por meio da fiscalização ambiental, passando por encaminhamentos judiciais, e também, através de procedimentos administrativos. Ademais, a Polícia Militar Ambiental atua no presente preparando o futuro, buscando a paz e a harmonia entre a sociedade e a natureza.

Ocorre que os atos do poder de polícia se somam aos do Poder Público, harmonizando-se como meio de efetivar a proteção do meio ambiente. Neste caminho, cabe destaque ao fato de que mesmo antes da promulgação da Carta Magna, já havia a Lei nº 6.938/81, que previa a Política Nacional do Meio Ambiente, objetivando a “preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana”, conforme traz expressa em seu art. 2º.

Desta forma, as ações do poder de polícia consistem em instrumentos da efetividade da Política Nacional do Meio Ambiente. Destarte, não se encerram nesta lei os atos incumbidos à Polícia Militar Ambiental; pelo contrário, visto que a lei regularizadora da área ambiental é extensa, como anotado anteriormente, porém, não menos importante, existe a função da PMA em promover a educação ambiental, que, como exposto, depreende-se do fato de que:

Todo processo educacional, em tese, deve preparar o indivíduo para viver em sociedade, ou melhor, dizendo, para participar da vida da sociedade, contribuindo para que este alcance os seus objetivos maiores. Não há como ignorar o papel da Educação Ambiental nesse contexto, eis que ela está voltada para a preservação e o incremento de um *bem per se* de natureza social. (MILARÉ, 2011, p. 639).

Esse processo educacional, coadunado ao art. 1º, inc. III da Carta Magna, padroniza para que todas as ações da PMA sejam munidas pelo escudo da dignidade da pessoa humana, acerca da qual se pode dizer que:

De qualquer modo, o que importa, nesta quadra, é que se tenha presente a circunstância, oportunamente destacada por Gonçalves Loureiro, de que a dignidade da pessoa humana – no âmbito de sua perspectiva intersubjetiva – implica uma obrigação geral de respeito pela pessoa (pelo seu valor intrínseco como pessoa), traduzida num feixe de deveres e direitos correlativos, de natureza não meramente instrumental, mas sim relativos a um conjunto de bens indispensáveis ao ‘florescimento humano’. (SARLET, 2011, p. 54).

[...] sempre haverá como sustentar a dignidade da própria vida de um modo geral, ainda mais numa época em que o reconhecimento da proteção do meio ambiente

como valor fundamental indica que não mais esta em causa a vida humana, mas a preservação de todos os recursos naturais, incluindo todas as formas de vida existentes no planeta, ainda que se possa argumentar que tal proteção de vida em geral constitua, em última análise, exigência da vida humana e de uma vida com dignidade. (SARLET, 2011, p. 35).

Conforme este entendimento verifica-se que existem doutrinadores que amparam a possibilidade da dignidade para além do ser humano, abrangendo em seu manto protetor a vida em geral. Esse fato consubstancia a necessidade pela promoção da educação ambiental. Consciente disto é que o Estado de Santa Catarina criou o programa Protetor Ambiental, difundido em todo este território, buscando educar os jovens para formar uma cultura de pessoas pensantes e atuantes, conscientes de seu valor como ser humano e de seus direitos e deveres como cidadão, efetuando um resgate de valores entre os jovens da mais tenra idade, visando formar uma sociedade de pessoas honestas.

5 O Programa Protetor Ambiental como materialização da educação ambiental

Após um estudo prévio sobre as necessidades de ações da Polícia Militar Ambiental, e das carências da jurisdição desta corporação, é que surgiu a ideia do programa *Protetor Ambiental*, criado no ano de 1999, desenvolvido em todo o Estado Catarinense, voltado à sociedade como forma de apregoar a educação em seus mais diversos âmbitos, com enfoque especial na área ambiental.

Para desenvolvimento deste estudo contatou-se com a 5ª Companhia de Polícia Militar Ambiental de Chapecó/SC, de onde se extraiu as informações sobre sua aplicabilidade e efetividade. Assim, primeiramente cabe informar que este programa é implantado por policiais militares ambientais fardados, previamente instruídos e por professores de outros órgãos ambientais como forma de trocar conhecimentos e informações, entre alunos e professores.

Os alunos são escolhidos através de provas, com edital aberto ao público em geral, efetuando uma miscigenação de culturas, e faixas econômicas, como meio de ensiná-los em igualdade de condições. A faixa etária compreende dos 12 aos 14 anos de idade, e o programa é proposto para todos os sexos, aberto em alguns momentos para a participação da sociedade e, principalmente, dos pais dos alunos, como meio de trocar, interagir e fortificar relações entre a instituição e a sociedade, enraizando uma cultura de proximidade e respeito mútuo.

A intenção é afastar estes jovens das margens da sociedade e trazê-los para junto da Polícia Militar Ambiental, abrindo suas visões com relação ao mundo e preparando-os, na

medida do possível, para as necessidades impostas pela coletividade. Também objetiva-se, retirá-los da criminalidade e da ociosidade, desenvolvendo atividades teóricas e práticas referentes à temática ambiental, alertando-os sobre o imperativo de proteger este bem, de maneira a modificar o comportamento social, implantando a sustentabilidade, despertando o seu senso crítico, preparando-os para as adversidades.

As aulas possuem a duração de um ano, e todo o aluno formado é convidado para participar gratuitamente e espontaneamente das atividades da PMA abertas ao público, como viagens de estudos, seminários, palestras e demais atividades em que estes possam auxiliar, inclusive na parte educacional. O programa visa despertar o intelecto dos alunos, instigando-os a refletirem sobre suas ações, oferecendo-lhes acerca de uma visão ambientalista pautada nos princípios da dignidade humana e do respeito ambiental e para com o seu semelhante.

Os mestres buscam resgatar os valores sociais e fortalecer o espírito de cooperação e integração entre estes adolescentes, visam transmitir os conhecimentos essenciais para esta faixa etária de maneira descontraída e harmoniosa, guiando os jovens a conhecerem o trabalho dos policiais militares ambientais e adentrando no âmbito de vivência destes adolescentes, trocando informações e formando amizades.

A 5ª Companhia de Polícia Militar de Chapecó implantou o programa *Protetor Ambiental* no ano de 2006, e formou, até o ano de 2015, 300 adolescentes, em 12 turmas, sendo que em todo o Estado Catarinense foram formados 5500 jovens. A formatura das classes é efetuada em um ato solene, instante em que os jovens vão uniformizados, cantam o hino nacional, fazem juramento de respeitar e promover o meio ambiente, e os alunos destaques ganham presentes, tiram fotos e interagem em harmonia com todo o grupo da Polícia Militar Ambiental e com os pais e responsáveis pelos alunos, ganham, ainda, um certificado.

É um curso de profundo aprendizado, visto que professores de diversos seguimentos aproveitam para lecionar aos mesmos, como forma de empregar mais adequadamente este lapso temporal de um ano, implantando valores, e habilitando estes jovens, inclusive juridicamente (no que for possível) a defenderem-se dos perigos que a sociedade pode lhes impor.

O programa *Protetor Ambiental* é feito em parceria com outros órgãos públicos, como a prefeitura municipal, por exemplo, visto que é implantado com recursos auferidos de outras entidades, inclusive privadas, devido ao fato de não acarretarem gastos aos alunos.

Definições Conclusivas

O trabalho discorreu sobre a importância ímpar do meio ambiente para a sobrevivência humana, sendo considerado como um direito essencial do ser humano, contemplado como bem de extensão ao direito à vida e por este motivo, detentor de dignidade, devendo ser respeitado em sobremaneira, mesmo que seja unicamente por sua essencialidade para a vida humana.

O meio ambiente atua para com o homem em uma relação de causa e efeito, onde tudo que o indivíduo emprega ao mesmo, o próprio devolve atuando através de furacões, secas, enchentes etc. Sua importância é basilar, pois de seu estado deriva o estado da vida das pessoas, afinal, não há como usufruir de uma vida saudável se não tiver disponibilidade de ar puro, água potável etc.

Ocorre que a responsabilidade pela promoção do respeito ambiental é de todos, indistintamente, inclusive dos órgãos públicos. Consciente disto é que a Polícia Militar Ambiental efetuou um estudo sobre a sociedade, buscando suas carências e necessidades de ação da corporação, de onde se extraiu que atuar através da educação seria a melhor forma de suprir as insuficiências das regiões e por isto, o Estado de Santa Catarina criou, em 1999, o programa *Protetor Ambiental*.

Esse Programa objetiva atuar sobre os cidadãos da mais tenra idade, formando e preparando-os para as necessidades sociais, despertando seu raciocínio lógico e municiando-os através do *saber*. Assim, forma-se uma sociedade próxima da polícia, retirando-os da criminalidade e da ociosidade, buscando um agir preventivo, transmitindo os conhecimentos mais generalizados, conforme as necessidades da idade, preparando-os para agirem frente às necessidades, especialmente no que tange à área ambiental.

REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. **Conceito e validade do direito**. VALDÉS, Ernesto Garzón *et al.* (Org.). tradução Gercélia Batista de Oliveira Mendes. São Paulo: Editora WMF/Martins Fontes, 2009.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 de dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em: 27 out. 2014.

BRASIL. Lei nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 de jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm> Acesso em: 27 out. 2014.

BRASIL. Lei nº 6.938/1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, em 31 de Ago. 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16938.htm> Acesso em: 26 out. 2014.

BRASIL. Lei nº 9.795/99. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 27 de abr. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm> Acesso em: 26 out. 2014.

CAPENA, Carla. Educação Ambiental: Ferramenta para criação de uma nova consciência planetária. In: MILARÉ, Édis; MACHADO, Paulo Affonso Leme (Org.). **Doutrinas**

Essenciais: Direito Ambiental. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. (Coleção Doutrinas Essenciais, v. I).

DAWALI, Marcelo. O poder de polícia em matéria ambiental. In: MILARÉ, Édís; MACHADO, Paulo Affonso Leme (Org.). **Doutrinas Essenciais:** Direito Ambiental. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. (Coleção Doutrinas Essenciais, v. I).

GOLDSCHMIDT, Rodrigo. **Flexibilização dos direitos trabalhistas:** ações afirmativas da dignidade da pessoa humana como forma de resistência. São Paulo: LTr, 2009.

GOLDSCHMIDT, Rodrigo. **O princípio da proporcionalidade no direito educacional.** Passo Fundo: UPF, 2003.

MARMELSTEIN, George. **Curso de Direitos Fundamentais.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MILARÉ, Édís. **Direito do Ambiente:** A gestão ambiental em foco, doutrina, jurisprudência, glossário. 7. ed. ver. atual. e reform. São Paulo: Editora dos Tribunais, 2011.

PROGRAMA PROTETOR AMBIENTAL. **Histórico da Polícia Militar Ambiental.** Chapecó: 5ª Companhia de Polícia Militar Ambiental, 2014. Disponível em: <<http://protetor-ambiental.webnode.com/>>. Acesso em: 27 out. 2014.

SANTOS, Miguel. **Educação como prevenção da criminalidade.** Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 1949.

STEFANO, Fabiane. Secas como a de São Paulo vão se espalhar, diz Jeffrey Sachs. **Revista EXAME**, São Paulo, 19 mar. 2015. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1085/noticias/secas-como-a-de-sao-paulo-vao-se-espalhar-diz-jeffrey-sachs.>> Acesso em 25 mar. 2015.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988.** 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Princípios do Direito Ambiental.** São Paulo: Saraiva, 2014.